



MINISTÉRIO DA FAZENDA
CONSELHO ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FISCAIS
SEGUNDA SEÇÃO DE JULGAMENTO

Processo nº 13706.008106/2008-11
Recurso nº Voluntário
Acórdão nº 2201-002.880 – 2ª Câmara / 1ª Turma Ordinária
Sessão de 16 de fevereiro de 2016
Matéria IRPF
Recorrente MARIA HELENA FONSECA MOTTA
Recorrida FAZENDA NACIONAL

ASSUNTO: IMPOSTO SOBRE A RENDA DE PESSOA FÍSICA - IRPF

Exercício: 2007

GLOSA DE DESPESAS MÉDICAS. FALTA DE COMPROVAÇÃO.

Somente podem ser deduzidas as despesas médicas declaradas quando comprovadas por documentação hábil e idônea a efetiva prestação dos serviços e a vinculação do pagamento ao serviço prestado.

REVISÃO DE LANÇAMENTO FISCAL. COMPETÊNCIA PRIVATIVA DE AUDITOR FISCAL.

É competência privativa de auditor-fiscal no exercício da competência da Secretaria da Receita Federal do Brasil e em caráter privativo constituir, mediante lançamento, o crédito tributário e de contribuições.

ACRÉSCIMOS MORATÓRIOS DE DESPESA MÉDICA. IMPOSSIBILIDADE DE DEDUÇÃO.

A legislação tributária não contém previsão legal para dedução de encargos moratórios de despesas médicas.

Recurso Voluntário Negado

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

Acordam os membros do Colegiado, por maioria de votos, negar provimento ao recurso. Vencido o Conselheiro Carlos César Quadros Pierre (Relator). Designado para redigir o voto vencedor o Conselheiro Carlos Alberto Mees Stringari.

Assinado digitalmente

Eduardo Tadeu Farah - Presidente em exercício.

Carlos César Quadros Pierre - Relator.

Assinado digitalmente

Carlos Alberto Mees Stringari - Redator Designado.

Participaram do presente julgamento os Conselheiros: Eduardo Tadeu Farah, Marcio de Lacerda Martins, Ivete Malaquias Pessoa Monteiro, Maria Anselma Coscrito dos Santos, Carlos Alberto Mees Stringari, Marcelo Vasconcelos de Almeida, Carlos César Quadros Pierre e Ana Cecília Lustosa da Cruz. Ausente, justificadamente, o Conselheiro Heitor de Souza Lima Júnior.

Relatório

Adoto como relatório aquele utilizado pela Delegacia da Receita Federal do Brasil de Julgamento, 2^a Turma da DRJ/RJ2 (Fls. 43), na decisão recorrida, que transcrevo abaixo:

Contra a contribuinte acima qualificada foi lavrada a notificação de lançamento do ano-calendário 2006 às fls. 05 a 09. Tal lançamento glosou dedução de despesas médicas, num total de R\$ 46.345,00. A fiscalização argumentou que não houve a comprovação de tais despesas.

O lançamento está cobrando um crédito tributário no montante de R\$ 21.068,37.

A contribuinte contesta o lançamento por meio da impugnação de fls. 01 e 02, tendo juntado os comprovantes de fls. 10 a 22 no intuito de justificar um total de dedução no valor de R\$ 31.274,31. A impugnante refez o cálculo de sua declaração e requer o parcelamento da parte não impugnada no valor de R\$ 2.446,90.

Passo adiante, a 2^a Turma da DRJ/RJ2 entendeu por bem julgar a Impugnação procedente em parte, em decisão que restou assim ementada:

DEDUÇÕES. DESPESAS MÉDICAS.

Devem ser aceitos os comprovantes de despesas que estejam em conformidade com a legislação de regência.

PEDIDO DE PARCELAMENTO.

Não compete a esta instância de julgamento se pronunciar acerca de pedidos de parcelamento, em respeito à legislação em vigor.

Cientificada em 24/02/2010 (Fls. 49), a Recorrente interpôs Recurso Voluntário em 17/03/2010 (fls. 51 a 53), argumentando que:

(...)

A veracidade dos recibos objeto da dedução das despesas médicas deduzidas foi descrita e devidamente comprovada com o Recurso de Impugnação Parcial entregue em 08 de outubro de 2008 referente a Notificação de N 2 2007/607405091853039.

Senhores Conselheiros, são estes, em síntese, os pontos de discordância apontados neste Recurso:

a) Recibos glosados por falta de inclusão na DIRPF do ano-calendário 2006,

b) Discrepância entre o valor descrito e o documento original,

DOCUMENTOS ANEXADOS E COMENTÁRIOS QUANTO AOS DOCUMENTOS

1- Estão anexados a este Recurso os seguintes documentos:

A) Procuração para representar a Recorrente junto aos órgãos da Receita Federal do Brasil, com cópias do CPF e identidade,

B) Cópias do CPF e identidade da Recorrente,

C) Cópia do Recurso de Impugnação Parcial apresentado a RFB em 08 de outubro de 2008, identificando o local e data de entrega pelo carimbo apostado no documento em questão,

2 - Comentários quanto aos documentos aceitos ou rechaçados

A) Documento aceito no referido Acórdão - recibo fl. 10 - a recorrente inclui indevidamente o valor de R\$ 60,02. O valor correto é de R\$ 18.537,68 e não R\$ 18.597,68, e se referem a despesas incorridas no ano-calendário de 2006 e comprovado no Recurso de Impugnação,

B) Documentos rechaçados no referido Acórdão - recibos fls. 11 a 14 - cópias dos recibos foram entregues no Recurso de Impugnação, e todos se referem a despesas incorridas no ano-calendário de 2006,

C) - Documentos citados no referido Acórdão - recibos fls. 16 a 19 - o contribuinte incluiu indevidamente o valor com gastos do refeitório, e todos se referem a despesas médicas incorridas no ano-calendário de 2006, e documentos comprovados no Recurso de Impugnação,

D) Documento rechaçado no referido Acórdão - nota fiscal de serviço fl. 21 - o valor está relacionado e comprovado no Recurso de Impugnação, e se referem a despesas médicas incorridas no ano-calendário de 2006,

E) Documento citado no referido Acórdão - nota fiscal fl. 22 - o valor está relacionado e comprovado no Recurso de Impugnação, e se referem a despesas médicas incorridas no ano-calendário de 2006,

A) Documento rechaçado no referido Acórdão - declaração da Golden Cross fl. 15 , relativa aos valores não reembolsados – comentários quanto a inclusão e a exclusão de prestadores de serviços médicos. A recorrente deduziu o valor integral do VALOR NÃO REEMBOLSADO pela operadora de saúde, conforme relacionado e comprovado no Recurso de Impugnação e todos se referem a despesas médicas incorridas no ano-calendário de 2006.

É o Relatório.

Voto Vencido

Conselheiro Carlos César Quadros Pierre, Relator.

Conheço do recurso, posto que tempestivo e com condições de admissibilidade.

Consoante se percebe nos autos, resta em litígio a glossa das despesas médicas relativas a:

- plano de saúde Golden Cross, no valor de R\$60,02, pelo entendimento de que os encargos moratórios não possuem previsão legal para sua dedução;

- consulta médica realizada na Cardiocopa Ltda nos valores de R\$ 238,50 (duzentos e trinta e oito reais e cinquenta centávios), pelo entendimento de que tais despesas não foram declaradas pela contribuinte;

- gastos com refeitório no valor de R\$231,00 , pelo entendimento de que tais gastos com refeitório não possuem previsão legal para que sejam descontados na apuração do imposto de renda pessoa física;

- consultas médicas realizadas pela Dra. Mágnum F.A. Cataxo Loureiro no valor de R\$550,00 (quinquinhentos e cinquenta reais), pelo entendimento de que tais despesas não foram declaradas pela contribuinte;

- serviço da POLI LAB Laboratório de Análises Clínicas no valor de R\$ 00,86 (oitenta e seis centávios), pelo entendimento de que tais despesas não foram declaradas pela contribuinte;

- serviços de consulta médica constantes na declaração da Golden Cross, nos valores de R\$ 501,87 (prestador Saluá A. Matta), R\$ 230,75 (prestador Alexandre Luiz N. Lobo), R\$ 72,00 (prestador Microimagem) e R\$ 1.665,00 (prestador Clínica Endoc. Luiz Cesar Povoa), todos pelo entendimento de que tais despesas não foram declaradas pela contribuinte.

Documento assinado digitalmente em 06/05/2016 por CARLOS ALBERTO MEES STRINGARI, Assinado digitalmente em 0

Autenticado digitalmente em 06/05/2016 por CARLOS ALBERTO MEES STRINGARI, Assinado digitalmente em 14/05/2016 por CARLOS CESAR QU

6/05/2016 por CARLOS ALBERTO MEES STRINGARI, Assinado digitalmente em 16/05/2016 por EDUARDO TADEU FARAH

ADROS PIERRE, Assinado digitalmente em 16/05/2016 por EDUARDO TADEU FARAH

Impresso em 18/05/2016 por RECEITA FEDERAL - PARA USO DO SISTEMA

Quando aos encargos moratórios do plano de saúde Golden Cross, entendo que deve-se observar o disposto no art. 55, inciso XIV, do Decreto nº 3.000, de 26 de março de 1999 – Regulamento do Imposto de Renda (RIR/1999):

Art. 55. São também tributáveis (Lei nº 4.506, de 1964, art. 26, Lei nº 7.713, de 1988, art. 3º, §4º, e Lei nº 9.430, de 1996, arts. 24, §2º, inciso IV, e 70, §3º, inciso I):

(...)

XIV- os juros compensatórios ou moratórios de qualquer natureza, inclusive os que resultarem de sentença, e quaisquer outras indenizações por atraso de pagamento, exceto aqueles correspondentes a rendimentos isentos ou não tributáveis;

Do artigo acima reproduzido, verifica-se que os juros oratórios são meros acessórios do principal. Ou seja, se a verba é tributável os juros de mora também o são e, ao contrário, se a verba é isenta os juros de mora também serão isentos.

No presente caso, entendo que o acessório segue o principal; assim os juros moratórios fazem parte do pagamento realizado.

Portanto entendo que deve-se afastar a glosa do valor de R\$60,02, relativa aos encargos moratórios do plano de saúde Golden Cross.

Quanto aos valores de R\$231,00 relativos aos gastos com refeitório é importante se observar que como diz a DRJ, não possuem previsão legal para que sejam descontados na apuração do imposto de renda pessoa física, até porque não se é possível identificar se tais gastos pertenceram a recorrente ou a acompanhantes, motivo pelo qual se mantém a glosa.

Quanto aos valores relativos à Cardiocopa Ltda, Dra. Mágnuma F.A. Cataxo Loureiro, POLI LAB Laboratório de Análises Clínicas, Saluá A. Matta, Alexandre Luiz N. Lobo, Microimagem e Clínica Endoc. Luiz Cesar Povoa, todos mantidos glosados pelo entendimento de que tais despesas não foram declaradas pela contribuinte, adoto o entendimento do Conselheiro Marcio Henrique Sales Parada no Acórdão nº 2801003.824, no sentido de que a existência da obrigação acessória de prestar declarações ao Fisco raramente diz respeito a um lançamento por declaração. Não é sua existência que define a modalidade de lançamento, mas quem efetua os cálculos e define o montante a pagar. Assim, o IR é tributo sujeito a lançamento por homologação e não por declaração.

Tendo em conta que a quase totalidade dos tributos, atualmente, sujeitam-se ao lançamento por homologação, o § 1º do art. 147 do CTN tem sido invocado e aplicado por analogia para definir o marco até quando pode o contribuinte retificar livremente suas declarações, com eficácia imediata.

Considerando que a decisão administrativa de 1ª instância negou que sejam consideradas deduções legalmente previstas, é de se citar LEANDRO PAULSEN em relação ao § 1º do art. 147 do CTN:

“... O § 1º simplesmente retira do contribuinte a possibilidade de tornar, por ato próprio, insubstancial a sua declaração originária, quando já notificado o lançamento... Não compromete, porém, os direitos de petição e de acesso ao Judiciário. Poderá o contribuinte, pois, a qualquer tempo, enquanto não decaído seu direito, peticionar administrativamente noticiando os equívocos e solicitando a revisão de ofício pela autoridade, forte no art. 149 do CTN.

Poderá também ajuizar ação no sentido de ver anulado lançamento e cancelada inscrição indevidos...” (PAULSEN, Leandro. Direito tributário: Constituição e Código Tributário....15. ed. Porto Alegre : Livraria do Advogado Editora, ESMAFE, 2013, p.1054)

É de se destacar que o STJ já reconheceu a possibilidade do contribuinte socorrer-se da via judicial para anular crédito oriundo de lançamento eventualmente fundado em erro de fato, em que o contribuinte declarou base de cálculo superior à realmente devida para a cobrança de imposto. (STJ, 2^a T. Resp 1015623/GO, Rel. Min. Mauro Campbell Marques, maio/2009).

Desta forma, considerando o art. 145, III, e o art. 149, VIII, todos do CTN, com o fito de evitar uma desnecessária demanda judicial e também em homenagem ao princípio da verdade material, conheço dos documentos acostados aos autos, apresentados juntamente com a impugnação, e voto por acolher as deduções nos valores de:

- R\$ 238,50 (duzentos e trinta e oito reais e cinquenta centávios), relativo a consulta médica realizada na Cardiocopa Ltda;
- R\$550,00 (quinhentos e cinquenta reais), relativo a consultas médicas realizadas pela Dra. Mágnoia F.A. Cataxo Loureiro;
- R\$ 00,86 (oitenta e seis centávios), relativo a serviço da POLI LAB Laboratório de Análises Clínicas;
- R\$ 501,87 do prestador Saluá A. Matta, serviços de consulta médica constantes na declaração da Golden Cross;
- R\$ 230,75 do prestador Alexandre Luiz N. Lobo, serviços de consulta médica constantes na declaração da Golden Cross;
- R\$ 72,00 do prestador Microimagem, serviços de consulta médica constantes na declaração da Golden Cross;
- R\$ 1.665,00 do prestador Clínica Endoc. Luiz Cesar Povoa, serviços de consulta médica constantes na declaração da Golden Cross.

Ante tudo acima exposto e o que mais constam nos autos, voto por dar provimento parcial ao recurso, para restabelecer a dedução com despesas médicas no valor de R\$3.319,00.

Carlos César Quadros Pierre

Voto Vencedor

A divergência com o relator ficou restrita a 2 pontos:

- a revisão de ofício da Declaração de Ajuste Anual (inclusão de despesas não declaradas), e
- restabelecimento da dedução dos encargos moratórios do plano de saúde Golden Cross.

Iniciarei com a questão da revisão de ofício da Declaração por deliberação de Turma do CARF.

O artigo 6º da Lei nº 10.593, de 6 de dezembro de 2002, define como atribuição privativa do Auditor Fiscal, quando no exercício da competência da Secretaria da Receita Federal do Brasil constituir, mediante lançamento, o crédito tributário e de contribuições.

“Art.6 - São atribuições dos ocupantes do cargo de Auditor-Fiscal da Receita Federal do Brasil:

I – no exercício da competência da Secretaria da Receita Federal do Brasil e em caráter privativo:

a) constituir, mediante lançamento, o crédito tributário e de contribuições;

b) elaborar e proferir decisões ou delas participar em processo administrativo-fiscal, bem como em processos de consulta, restituição ou compensação de tributos e contribuições e de reconhecimento de benefícios fiscais;

c) executar procedimentos de fiscalização, praticando os atos definidos na legislação específica, inclusive os relacionados com o controle aduaneiro, apreensão de mercadorias, livros, documentos, materiais, equipamentos e assemelhados;

d) examinar a contabilidade e demais registros de sociedades empresariais, empresários, órgãos, entidades, fundos e demais contribuintes, não se lhes aplicando as restrições previstas nos arts. 1.190 a 1.192 do Código Civil e observado o disposto no art. 1.193 do mesmo diploma legal;

e) proceder à orientação do sujeito passivo no tocante à interpretação da legislação tributária;

f) supervisionar as demais atividades de orientação ao contribuinte;”

Se a lei estabelece como atribuição privativa do auditor fiscal, não pode uma Turma do CARF (colegiado composto por representantes da Fazenda e dos contribuintes, que não exerce as competências da Secretaria da Receita Federal do Brasil) usurpar tais atribuições.

O segundo ponto da divergência está na questão do restabelecimento da dedução dos encargos moratórios do plano de saúde Golden Cross.

A legislação tributária concede ao contribuinte, por ocasião da declaração anual de ajuste, a possibilidade de realizar deduções de despesas médicas próprias e de seus dependentes da base de cálculo do imposto de renda, sem previsão legal para dedução de encargos moratórios, do que se conclui ser correta a glosa e indevido o restabelecimento de tal dedução.

Concluo por negar provimento ao recurso.

assinado digitalmente

Carlos Alberto Mees Stringari

Relator Designado